

ENTREVISTA COM MARIA MARTA PEREIRA SCHERRE SOBRE PRECONCEITO LINGÜÍSTICO, VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA E ENSINO

Por Jussara Abraçado

Maria Marta Pereira Scherre é pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Pesquisadora Colaboradora Sênior da Universidade de Brasília e membro do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É graduada em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Mestre em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Doutora em Lingüística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desenvolve pesquisas na área de Lingüística, com ênfase em Sociolingüística e Dialectologia, atuando principalmente em temas relacionados à variação lingüística, mudança lingüística, português brasileiro, concordância de número, concordância verbal, concordância nominal e imperativo gramatical. Além de diversos artigos e capítulos de livros publicados em obras nacionais e internacionais, publicou pela Editora Parábola os livros “Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito” (2005) e “Origens do português brasileiro”, em co-autoria com Anthony J. Naro (2007)¹. Nesta entrevista, Maria Marta Pereira Scherre discorre sobre a intrincada relação existente entre preconceito lingüístico, variação lingüística e ensino. Fala-nos ainda sobre seu livro “Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito” cuja proposta é discutir o preconceito lingüístico, explicitado e reforçado na mídia de um modo geral.

¹ Maria Marta Pereira Scherre também participou (em 2006) da segunda edição da *Encyclopedia of Language & Linguistics* (Oxford: Elsevier), com o verbete “Speech Community” e, da segunda edição do *Sociolinguistic/Soziolinguistik - An International Handbook of the Science of Language and Society* (Berlin/New York: Walter de Gruyter), com o texto “Brasil/Brasilien”.

- 1) O preconceito lingüístico está relacionado a determinadas variedades lingüísticas. Quais as variedades mais sujeitas ao preconceito? Por quê?

Primeiramente, agradeço aos organizadores deste número dos Cadernos de Letras da UFF pelo honroso convite para dar esta entrevista. Espero atender às expectativas dos que me convidaram e desejo, sinceramente, contribuir para a reflexão sobre o preconceito lingüístico e, quem sabe, para a sua diminuição, num momento de suposto retrocesso dos valores humanos.

Em relação à pergunta, antes de mais nada, seria interessante caracterizar o que é preconceito lingüístico. O dicionário de Houaiss e Villar (2001: 2282)² nos dá uma caracterização de fácil acesso aos leitores curiosos. Dizem os autores que se trata de “qualquer crença sem fundamento científico acerca das línguas e de seus usuários, como, p.ex., a crença de que existem línguas desenvolvidas e línguas primitivas, ou de que só a língua das classes cultas possui gramática, ou de que os povos indígenas da África e da América não possuem línguas, apenas dialetos”. Essa crença se manifesta nos julgamentos depreciativos, desrespeitosos e jocosos dos usuários das línguas e das variedades das línguas. Assim, eu diria que o preconceito lingüístico é mais precisamente o julgamento depreciativo, desrespeitoso, jocoso e, conseqüentemente, humilhante da FALA DO OUTRO (embora o preconceito sobre a própria fala também exista). O preconceito lingüístico tem a ver, essencialmente, com a língua falada. Então, quando estamos falando de preconceito lingüístico, não estamos pensando na escrita, que decorre do ensino formal, não é dada por natureza, como é a capacidade de adquirir uma língua em circunstâncias naturais, sem ensino formal, e a sua efetiva aquisição: não se conhece nenhum ser humano que, inserido no seio da comunidade, não tenha adquirido um sistema lingüístico e que dele não seja senhor absoluto.

Isso posto, podemos perceber e dizer que as variedades lingüísticas mais sujeitas a preconceito lingüístico são, normalmente, as que possuem características associadas a grupos de pessoas com menos prestígio na escala

² HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. Dicionário Houaiss da língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

social ou a grupos de pessoas da área rural ou do interior do país. Este fato decorre do sentimento de superioridade - muito claro na mídia - dos grupos vistos como mais privilegiados, econômica e socialmente.

Vejam os dois exemplos do português brasileiro que provocam preconceito lingüístico. Uma das características das variedades menos prestigiadas na escala social é, por exemplo, a ausência de concordância nominal e verbal de número, usada de forma variável em todo o território brasileiro (*três risco verde/ as porta abertal os menino fala muito/ as coisa tá cara demais/ caiu os livrol nós foi lál a gente fomos rapidinho/ o povo foram embora*). Na escala espacial, um dos casos mais evidentes é a presença do “r” retroflexo (pronunciado com um movimento da língua para trás – semelhante ao “r” do inglês americano), chamado no Brasil de “r” caipira. O “r” retroflexo é falado numa ampla área geográfica do Brasil central, que envolve cinco estados brasileiros: São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraná.

O uso mais freqüente de construções sem concordância leva a observações do tipo: fulano é burro, fulano não sabe falar português, fulano é preguiçoso, fulano empobrece a língua portuguesa, fulano fala errado e acaba com a língua portuguesa, entre outras bem mais desrespeitosas. O uso do “r” retroflexo não provoca este tipo de reação no ouvinte, mas, às vezes, conduz a piadas, risos, cochichos, olhares enviesados, e até a observações explícitas e constrangedoras, quando o falante usa o “r” retroflexo fora de seu espaço geográfico (Tomara que eu esteja exagerando!). Trata-se, sem dúvida, de uma atitude preconceituosa dos ouvintes. Os brasileiros (os filhos dos candangos – dos adultos que foram para Brasília), por exemplo, discriminam os falantes goianos pelo uso do “r” retroflexo. Percebo isto no meu dia-a-dia em Brasília, onde estou há 16 anos. A própria denominação de “r” caipira para o “r” retroflexo já é uma demonstração de preconceito, no meu jeito de ver as coisas, claro.

Estou citando esses dois fenômenos lingüísticos porque eles suscitam reações absurdamente preconceituosas, mas são diferentes. A idéia de que falar português sem concordância é não saber falar português é bastante generalizada. E todas as ações explícitas dos grupos sociais são em direção ao maior uso da presença de concordância, em contextos lingüísticos em que a forma de terceira pessoa do plural seria esperada (pelo menos é o

que algumas pesquisas têm mostrado até agora). A pronúncia do “r” retroflexo não é sujeita a esse tipo de julgamento: não se diz que um falante que fala o “r” retroflexo está falando errado, mas há uma reação externa negativa, explícita ou velada, ao uso do “r” retroflexo (e ao falante do “r” retroflexo). Mas o uso do “r” retroflexo no seio da sua comunidade de origem é, de forma geral, fator de identidade, embora também possa haver estigma na própria comunidade que o utiliza. O trabalho de Luciana Prudente Guitti sobre o tema³ observou que, embora a variante retroflexa seja estigmatizada na comunidade, a queda do “r” em posição final (*cantá* por *cantar*), bastante generalizada no português brasileiro, é ainda mais estigmatizada do que a presença do “r” retroflexo. Até onde já vivenciei o uso do “r” retroflexo, é possível observar que ele é, por um lado, um traço forte de identidade; por outro, um traço de estigma, especialmente fora de sua área geográfica. Há estudiosos que chegaram a dizer que o “r” retroflexo estava em extinção no Brasil. Ledo engano: pelo que vejo, ele está em expansão, porque acho que os falantes do “r” retroflexo estão apagando-o menos fora de suas áreas nativas de uso, especialmente alguns políticos, médicos e professores, o que pode aumentar o seu uso pelos falantes anônimos, por se sentirem mais fortalecidos.

É importante observar que o sentimento de superioridade a que me referi acima não ocorre só nos aspectos relacionados à linguagem. Ele pode também ser observado nas questões culturais mais amplas. É muito comum ouvir da boca de pessoas as mais diversas que é preciso “levar cultura” às classes menos prestigiadas pelo poder econômico ou que é preciso “levar cultura” para as pessoas do interior e da área rural. Cultura aqui se lê como os costumes e as manifestações artísticas e criativas do ser humano abraçadas pelos grupos de maior prestígio econômico. Pois é. Eu diria que precisamos aprender a viver em uma sociedade com mais democracia e com mais trocas. Acho que estamos caminhando para isso. Outras espécies de preconceito já foram discutidas e hoje são passíveis de punição. Estou falando de preconceito de raça, etnia, religião, sexo/

³ GUITTI, L. P. *O estudo da variante retroflexa na comunidade de São José do Rio Preto*. São José do Rio Preto: UNESP, 2002.

gênero, preferência sexual. Ainda vamos chegar à discussão pública do preconceito lingüístico. Já estamos chegando. Dia virá em que o preconceito lingüístico será banido da sociedade. Infelizmente terá de passar por algum processo de punição legal. Infelizmente. Seria melhor que a luta contra o preconceito fosse abraçada sem punição. Se isso acontecesse, eu diria que teríamos ficado mais humanos. Mais civilizados. Mais cidadãos. Mais irmãos. Menos animais racionais.

O preconceito em relação a variedades menos prestigiadas é o mais comum, mas o preconceito pode também existir em relação a variedades de grupos prestigiados. Não é o mais comum, repito. A percepção de traços característicos de variedades dialetais fortemente marcadas, e socialmente prestigiadas, pode até causar certa rejeição, mas não sei se revelaria preconceito. Não tenho clareza, por exemplo, se a palatal do carioca, acompanhada de ditongação e eventual alongamento ([ˈmeyʒ:mo], para a palavra *mesmo*; e [ˈpayʃ:ta], para a palavra *pasta*: a percepção de um forte e nítido chiado) é alvo de preconceito.

- 2) Consta que foi o sociólogo Nildo Viana quem primeiro apresentou uma visão marxista do preconceito lingüístico, relacionando-o à educação escolar e à dominação de classe. Para Viana, a língua escrita veiculada pela escola torna-se a língua padrão, norma geral que todos devem seguir. Uma vez que o modelo da língua escrita encontra-se nos setores privilegiados e dominantes da sociedade, a escola torna-se a base do preconceito lingüístico. Você concorda com Viana, para quem o sistema escolar constitui a fonte da “dominação lingüística”?

Infelizmente não conheço a obra do sociólogo Nildo Viana, mas, pelo que já vi e já vivenciei ao longo da minha vida, eu diria que a fonte de dominação lingüística está na sociedade. Penso que escola nada mais é do que o reflexo da sociedade. O sistema escolar, na maior parte das vezes, apenas reforça o que a sociedade pensa e quer. Muitas escolas até tentam ser mais de vanguarda e mais criativas do que a própria sociedade ao redor. Eu diria que na escola podemos encontrar pensadores anônimos com práticas muito mais avançadas do que a grande sociedade que os cerca gostaria. Muitos deles estão além do seu tempo. Tiro

meu chapéu para eles. Somos nós, a sociedade, que fazemos tudo acontecer, direta ou indiretamente. A escola somos todos nós. Nós somos os algozes e os libertadores.

- 3) Os novos *Parâmetros Curriculares Nacionais* podem contribuir para minimizar o preconceito lingüístico?

Os parâmetros curriculares trazem de forma clara a discussão sobre as variedades lingüísticas, sobre o respeito à forma do outro falar, sobre a ênfase nos processos críticos e criativos de leitura e de produção do texto escrito (entre outros aspectos). Acho que podem, sim, contribuir para minimizar o preconceito lingüístico, mas há um aspecto de que não me lembro neste momento se está explicitado nos Parâmetros Curriculares, que é a idéia da adequação lingüística. De forma geral, todos nós “naturalizamos” a idéia da adequação lingüística. Acho que temos de politizar a idéia da adequação lingüística, se quisermos realmente uma convivência de respeito com o outro. Falo isso especialmente com relação à língua falada. Se não politizarmos a idéia da adequação lingüística, vamos continuar a ouvir e a dizer que uma pessoa que não fala variedades mais prestigiadas não pode nos representar na arena política, não pode fazer discursos, não pode exercer profissões mais prestigiadas, e outras coisas mais. É comum a aceitação de traços de variedades populares na música rural de raiz (... *Seu dotô... Livre nós da esmola... / Se o dotô fizé assim salva o povo do sertão/ Quando um dia a chuva vim, que riqueza pra nação! Nunca mais nós pensa em seca, vai dá tudo neste chão/ Como vê nossos distino mecê tem na vossa mão... – Vozes da Seca* de Luiz Gonzaga e Zé Dantas - BMG, 2000), mas não em discursos políticos nem em palestras de intelectuais.

Saindo um pouco da esfera do preconceito, outro aspecto dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* que merece nota é que, até onde vai a minha memória, eles não discutem a questão do ensino de gramática no sentido mais amplo do termo. Não estou aqui falando apenas de gramática no sentido tradicional, mas de gramática no sentido de organização subjacente aos enunciados de fala. Considero este ensino/debate/reflexão, na escola, fundamental (o tradicional e o moderno – em saudável confronto).

Afinal, entender e dominar conscientemente o que está por trás do uso da língua, no sentido estrutural do termo, é tão interessante e importante quanto dominar os mecanismos de leitura e de produção do texto escrito, de forma crítica e criativa. No meu jeito de ver as coisas, é necessário fazer isso de forma interessante, sem dogma, sem verdades inquestionáveis, sem respostas inquestionavelmente certas, mas instigantes, estimuladoras, desafiantes. Trabalhar com a idéia de uma gramática plural, como bem desafia a nossa estimada colega Rosa Virgínia de Mattos e Silva, é fundamental.

- 4) O Brasil é um país em que, além do português, muitas outras línguas são faladas (nas aldeias indígenas, nas comunidades de descendentes africanos e de descendentes de imigrantes alemães, italianos e japoneses). Até que ponto se pode afirmar que o preconceito lingüístico atua na exclusão dessas comunidades lingüísticas minoritárias?

Pelo menos hoje, eu diria que o preconceito lingüístico atua de forma mais forte na exclusão dos grupos nativos de variedades menos prestigiadas da língua portuguesa (no futuro isso pode mudar). Com a invasão européia de terras habitadas (à época denominada de *grandes descobertas*), as comunidades indígenas das terras hoje brasileiras (os nativos desta terra em 1500) foram quase todas dizimadas e, com elas, também suas línguas (problema ainda maior do que o preconceito lingüístico). Na Constituição Brasileira de 1988, assegura-se a elas o reconhecimento “de sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições”, embora pouco se faça efetivamente para tornar esse reconhecimento realidade, mas um passo legal importante já foi dado em direção ao reconhecimento de suas línguas. Às comunidades indígenas, é também constitucionalmente “assegurada a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. Aliás, a última Constituição Brasileira mudou também no sentido de reconhecer que a língua portuguesa é o idioma oficial do Brasil (e não mais o idioma nacional, como consta da Constituição de 1967). Mas, em lugar algum da Constituição, ou da sociedade brasileira, se reconhecem como legítimas as variedades menos prestigiadas na escala social do português brasileiro.

Muitas de nossas características mais próprias, mais usuais, dominadas pela grande maioria silenciosa não são registradas pela tradição normativa e são insistentemente alvo de humilhação pela mídia e pela grande maioria de todos nós (*craro, pobrema, nós vai, dificuldade, pra mim fazê e musga* são alguns poucos exemplos). Mesmo muitas formas ou expressões que já são mudanças quase completadas, sem caracterizar nenhum grupo social, ainda não são consideradas como legítimas pelos donos invisíveis do poder, reforçadas pela mídia, de forma ampla. Eis alguns poucos exemplos: *a nível de por em nível de; através de por por meio de; entre eu e ele por entre mim e ele; dentre por entre; assistir o filme por assistir ao filme; chamei ele para a festa por chamei-o para a festa; deixa eu pensar por deixe-me pensar; quando você ver ele por quando você o vir; vende-se casas por vendem-se casas; a moça que eu falei vem hoje por a moça com quem eu falei vem hoje; manga é a fruta que eu mais gosto por manga é a fruta de que eu mais gosto.*

Enfim, não quero minimizar a situação das comunidades lingüísticas minoritárias (entre as quais está a dos imigrantes no Brasil depois da independência), mas quero chamar a atenção para os milhares de falantes de variedades do português brasileiro, não reconhecidas como legítimas, que são alvo de humilhação lingüística constante, especialmente pela mídia falada e escrita. A questão das comunidades de descendentes africanos é, hoje, a mesma dos milhões de brasileiros de grupos sociais com menor poder aquisitivo. A fala dos Kalunga de Teresina de Goiás, por exemplo, não é radicalmente diferente da forma de falar de outras comunidades rurais isoladas, do interior do Brasil, que não freqüentaram a escola. A reflexão sobre a fala dos Kalunga e sobre a fala de uma comunidade rural do interior de Goiás não afro-descendente pode ser encontrada nos trabalhos de Chintia Carla Ferreira⁴ e de Luciana Cunha Muniz⁵.

⁴ FERREIRA, C. C. *A variação do pronome sujeito na fala da comunidade Kalunga*. Brasília: UnB, 2003. Dissertação de Mestrado.

⁵ MUNIZ, L. C. *Em busca das origens do vernáculo brasileiro*. Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste. João Pessoa: UFPB, 2004.

- 5) De que forma as teorias lingüísticas podem contribuir no combate ao preconceito lingüístico?

As teorias lingüísticas podem contribuir no combate ao preconceito lingüístico pelo fato de que elas têm condição de propiciar um conhecimento dinâmico e aberto dos fenômenos que envolvem a linguagem humana. Todavia, elas por si sós não têm poder para combater o preconceito lingüístico se não evidenciarem que, da forma em que a sociedade está organizada, as discussões que envolvem a linguagem são essencialmente políticas. As teorias lingüísticas são teorias, e não dogmas, que estão buscando entender a natureza multifacetada da linguagem e das línguas humanas, em toda a sua amplitude. É na sua capacidade de olhar o fenômeno da linguagem nos seus diversos ângulos que vejo a riqueza das teorias lingüísticas. Temos de estar atentos porque o ser humano, um animal privilegiado, costuma querer dominar o outro de todas as formas, até por meio de teorias, lingüísticas, ou não. Temos de estar atentos para a busca do equilíbrio entre a razão e o instinto, em direção a uma vivência democrática, o que não exclui a existência de conflitos, mas estimula a busca de suas soluções.

- 6) Sírio Possenti, em resenha de sua obra⁶ *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito*, qualificou o título como “pouco feliz”. De acordo com Possenti, o título pode chamar a atenção de visitantes de livrarias que estão atrás de outras curiosidades. Aproveitando-me do termo “curiosidade”, pergunto: como se deu a escolha desse título curioso?

O título do meu livro (todo voltado para a discussão do preconceito lingüístico, com base em fatos lingüísticos e em resultados de pesquisas lingüísticas) nasceu do título do terceiro capítulo: “Preconceito lingüístico: doa-se lindos filhotes de *poodle*”. Esse capítulo discute a questão que está por trás da estrutura *doa-se lindos filhotes de poodle*: a tradição gramatical e todas as pessoas da mídia que discutem o português brasileiro

⁶ POSSENTI, S. <http://www.parabolaeditorial.com.br/resenhasiriodoase.htm> 21/07/2008.

afirmam que essa construção está errada e que deve ser *doam-se lindos filhotes de poodle*. Mais do que isso: o uso da construção *doa-se lindos filhotes de poodle*, em meu texto, decorreu do fato de eu discutir uma coluna/matéria de uma jornalista do Correio Braziliense (um dos jornais de Brasília), que humilhava todos os brasileiros por usarem, por exemplo, a construção *vende-se carros* em vez de *vendem-se carros* (a matéria está reproduzida na p.78 do livro *Doa-se*). No capítulo 3 do *Doa-se*, eu discuto amplamente esse tipo de estrutura e apresento exemplos claros de sua ocorrência também em jornais de Portugal. No título, preferi usar *doa-se lindos filhotes de poodle*, para exemplificar o fato, e não *joga-se búzios* ou *cobre-se botões*, ou mesmo *vende-se carros*, mais comuns. A construção *doa-se lindos filhotes de poodle* é do contexto da classe média. Achei interessante colocar essa estrutura ao lado de outras que são bem freqüentes, para evidenciar a expansão do uso da construção em jogo (relembro: a tradição gramatical classifica *lindos filhotes de poodle* como sujeito da oração e, por isso, registra que o verbo da oração tem de vir no plural - a estrutura deveria ser, então, *doam-se*). Trata-se de um fato histórico, que não faz parte mais da nossa intuição e da nossa prática oral de nosso tempo (em grande parte também da prática escrita). Eu havia ampliado esse título para *Variação lingüística, mídia e preconceito: doa-se lindos filhotes de poodle*, com o objetivo de abarcar todo o conteúdo do livro. A inversão - *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito* - foi sugestão da editora, que achou interessante chamar a atenção, no título, para o uso de uma estrutura da língua portuguesa que é considerada errada pela maioria dos gramáticos (mas creio que essa intenção foi pouco percebida).

Ampliando um pouco a discussão, o mais importante de tudo isso é que seria bem mais interessante que as gramáticas normativas registrassem claramente a possibilidade de quem fala ou escreve (neste caso trata-se de uma estrutura essencialmente da escrita) optar por *doa-se lindos filhotes de poodle* ou *doam-se lindos filhotes de poodle*; *vende-se carros* ou *vendem-se carros*; *joga-se búzios* ou *jogam-se búzios*; *cobre-se botões* ou *cobrem-se botões*, explicitando que as estruturas mais intuitivas do português brasileiro escrito hoje são *doa-se lindos filhotes de poodle*; *vende-se carros*; *joga-se búzios*; *cobre-se botões*. Eu diria que apenas o texto acadêmico revisado ou o texto jornalístico tendem a apresentar essas estruturas com o verbo com marca de plural.

O registro de outras concordâncias variáveis é largamente encontrado na tradição gramatical (*a maioria de pessoas faz/fazem*, por exemplo, entre muitos outros, sem nenhum estranhamento). No dia 3 de março, quando iniciei a redação destas respostas, eu estava ouvindo o noticiário “Hoje”, da TV Globo (uma mania), e ouvi a produção, pelos jornalistas, de duas construções naturais: *vende-se cada vez mais automóveis* em vez de *vendem-se cada vez mais automóveis* e *o número de casos de dengue aumentaram* em vez de *o número de casos de dengue aumentou*. Enfim, não-concordâncias deste tipo, quase sem registro na tradição, fazem parte da língua portuguesa falada e escrita, aqui no Brasil e também em Portugal. Não falamos (e muitas vezes não escrevemos) o que a gramática registra, mas o que os grupos sociais usam, aceitam e, até, não aceitam ou rejeitam. Falamos a língua de nosso tempo e a língua de nosso grupo. Isso não quer dizer que devemos rejeitar as gramáticas normativas, mas, apenas, usá-las e atualizá-las, também na fonologia, na morfologia, na sintaxe e na semântica. Gramáticas são criaturas; os criadores somos nós. Os dicionários estão em contínua atualização. Focalizando a escrita, podemos ver que a ortografia no português brasileiro (e agora em toda a língua portuguesa) está em constante mudança/atualização (necessária ou não). Por que então não registrar na gramática normativa mudanças lingüísticas estruturais já consagradas, que nem provocam problemas práticos parcialmente provocados por mudanças ortográficas? É bom lembrar que mudanças ortográficas não implicam mudanças na língua portuguesa, mas apenas mudanças na ortografia da língua portuguesa. Aliás, os registros oficiais sobre as línguas ocorrem depois que as mudanças se concretizaram. Somos nós que mudamos as línguas; as gramáticas apenas registram as mudanças ocorridas. Os registros das gramáticas repercutem, sim, nos mecanismos de sanções oficiais, mas não mudam a língua.

Muitas vezes, no dia-a-dia, as proibições atribuídas às gramáticas são projeções. Se alguém se dispuser a comparar o conteúdo de todas as gramáticas normativas existentes verá que pode quase tudo em termos de concordância verbal com estruturas com mais de um candidato a controle da concordância. Nesse caso, a gramática reflete uma grande parte da variação lingüística que praticamos na língua falada (sempre com respaldo em textos de algum grande escritor ou, hoje, em textos da grande mídia).

Somos nós, os seres humanos, que limitamos, ou não limitamos, o que pode. Nós é que damos as regras do jogo. E atribuímos isso às pobres gramáticas normativas.

Em síntese, usei a estrutura *doa-se lindos filhotes de poodle*, uma estrutura natural, mas considerada errada pela tradição e pela mídia normativa, para discutir a questão do preconceito lingüístico. Os detalhes estão todos no capítulo 3 do livro, alguns dos quais são retomados no capítulo 4. Em verdade, discuto a questão da concordância de número em todos os capítulos do livro. Para provocar a atenção do leitor, usei essa mesma estrutura no título do livro.

- 7) Fale um pouco sobre a proposta do seu livro *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito*.

A proposta do meu livro é discutir o preconceito lingüístico, explicitado e reforçado na mídia, com base na análise da variação lingüística de dois fenômenos em português: a concordância variável de número, verbal ou nominal, e a expressão gramatical do imperativo. Trata-se de dois fenômenos bem interessantes, que são variáveis na fala e na escrita. A quantidade de não-concordância, em alguns casos, distingue grupos no plano social; a expressão do imperativo distingue grupos no plano geográfico. Muitos usos destes dois fenômenos são muito diferentes do que as gramáticas normativas registram, mas somente os casos de concordância são mais claramente percebidos e rotulados de errados (exatamente por distinguirem grupos sociais). Os casos de variações do imperativo, mesmo se percebidos, não são rotulados de errados porque não distinguem grupos no plano social, mas, sim, no plano geográfico.

Quando, por exemplo, um falante de Minas Gerais produz as construções *as menina, eles foi, nós vai*, diz-se que o falante cometeu erro de português ao falar, mas, quando este mesmo falante produz *Traz o queijo na quarta-feira! Vem pra cá! Vai pra lá!* não se diz que o falante errou. Todavia, tomando como referência a gramática normativa, seria esperado que o falante mineiro sempre dissesse *Traga o queijo na quarta-feira! Venha pra cá! Vá pra lá!*. Afinal, a gramática normativa descreve que, no contexto do pronome *você*, as formas imperativas são *traga/venha/vá*; no contexto do

pronome *tu*, as formas imperativas são *traz/vem/vai*. Até onde vai meu conhecimento de mineira de São Domingos das Dores (hoje pequena cidade, ex-povoado da cidade de Inhapim, da mesorregião do Vale do Rio Doce e da microrregião de Caratinga) não existe *tu* na fala de Minas Gerais (embora exista *te* e não sei se existe *teu*).

Trato de questões gramaticais sutis, mas importantes do ponto de vista do que fazemos e podemos fazer com as estruturas lingüísticas, além de comunicar nossos pensamentos, manifestar nossos desejos e emoções ou convencer nosso interlocutor. Usamos a língua para muito mais coisa. Usamos a língua como mecanismo de afirmação, mas também como mecanismo de poder e de exclusão do outro, consciente ou inconscientemente; sutilmente ou rumorosamente. E não adianta achar que é a gramática (ou a escola) que tem o poder de excluir a pessoa do/no meio social. Somos nós, falantes de carne e osso, os agentes da afirmação ou da exclusão. A linguagem é apenas um dos mecanismos de afirmação ou exclusão (talvez o principal deles). A gramática, repito, é muitas vezes apenas um escudo, uma projeção, para não assumirmos um dos nossos comportamentos mais perversos: a exclusão do outro pela linguagem. Usar a língua como um mecanismo de afirmação é natural ao ser humano e nos faz bem: nos sentimos bem no processo de identificação; precisamos disto para a nossa sobrevivência – faz bem à nossa auto-estima. Usar a língua como um mecanismo de exclusão já não me parece um comportamento humano, mas apenas animal e dos mais perversos, porque é mediado pela razão. Considero esse comportamento como semelhante ao da destruição da natureza, como muitos outros de que já temos conhecimento. A variação lingüística é parte integrante de uma natureza rica. Como tal, deve ser vivenciada, cultivada, venerada (variação não implica falta de estrutura ou falta de sistematicidade). Discuto essas e outras idéias em meu livro *Doa-se*, que acaba de entrar na segunda edição, de capa nova, mais condizente com o conteúdo do livro (e com bibliografia sobre trabalhos de concordância atualizada).

- 8) O preconceito lingüístico tem sido tema de muitas obras, reportagens e discussões. Contudo, constantemente, o preconceito lingüístico tem sido associado ao preconceito social. Afinal de contas, o preconceito lingüístico existe ou é apenas uma variação do preconceito social?

Creio que, de certa forma, já respondi a essa questão, mas aproveite aqui para sair um pouco do plano da linguagem e refletir sobre uma questão aparentemente natural, em uma situação extremamente triste e desumana, que é o sistema de prisão, que não leva (e nunca levou) a absolutamente nada de construtivo. Não vou discutir essa questão aqui, porque ela vai além dos objetivos desta entrevista. Só quero registrar a naturalidade da situação de uma pessoa com curso superior, quando presa (seja lá por que razão for), ficar numa cela especial. Já pensou? Só por que tem curso superior? Se prisão levasse a algum lugar e se o estudo, por si só, “melhorasse mesmo o homem”, quem estudou deveria então receber castigo maior. Isso só mostra que tudo que está associado aos grupos de maior prestígio tende a ser interpretado como “superior”. E nesse meio, infelizmente, está a linguagem, um dom maior, que se põe em prática independentemente de qualquer ensino formal. Repetindo, todo e qualquer ser humano adquire uma língua materna com perfeição e dela é senhor absoluto. Além disso, é bom lembrar que as línguas (e todas as suas variedades) mudam incessantemente. Elas sofrem inexoravelmente a ação do tempo e do uso pelos grupos humanos. A mudança lingüística faz parte da natureza. Friso que dou a maior valorização ao estudo (herdei isso dos meus pais), mas o estudo não pode ser usado para aumentar o fosso entre os grupos sociais. Ele tem de fazer parte da vida de todos os membros da sociedade e tem de ser canalizado para a formação de uma sociedade mais justa, menos preconceituosa.

Indo agora diretamente ao ponto da pergunta, não há dúvida de que o preconceito lingüístico é uma das variações do preconceito social. Todas as línguas humanas conhecidas, bem como todas as suas variedades, são estruturalmente complexas, são completas, são constituídas de regras/princípios recursivos, que permitem ao ser humano o atendimento de todas as suas necessidades comunicativas, de forma criativa (se isso não acontece, as razões são de outra natureza). Para exemplificar, vamos novamente ficar no campo da concordância de número e no campo do “r” retroflexo.

O inglês, falado ou escrito, praticamente não tem mecanismos de concordância de número, quer verbal, quer nominal. O francês tem amplos mecanismos de concordância verbal e nominal só na escrita. Na fala, o

francês é quase semelhante ao português falado na área rural por pessoas com pouca escolarização. É provável que um falante do português brasileiro pouco escolarizado apresente mais concordância em sua fala do que um falante escolarizado (ou não) do francês. Uma comparação entre o inglês falado, o francês falado e o português brasileiro falado por pessoas do interior com pouca escolarização seria bem interessante. Seria interessante ver quais as conseqüências em outros pontos da estrutura lingüística do fato de esses três sistemas terem pouca ou nenhuma concordância. A concordância de número é uma boa área para se mostrar como o preconceito lingüístico é essencialmente social. Embora o inglês e o francês apresentem pouca concordância, não ouço ninguém falar que o inglês e o francês são línguas pobres, que seus falantes não sabem pensar, são burros, preguiçosos, e outras coisas mais. Para os falantes do português brasileiro que falam variedades com menos concordância já conhecemos os adjetivos usados.

Repito: nenhuma forma ou variante lingüística, em si, é pior ou melhor. O “r” retroflexo do inglês é hoje uma variante de prestígio (nem sempre foi assim: em breve teremos todos nós a oportunidade de ler a tradução do *Sociolinguistic Patterns* de William Labov, que será publicada pela Parábola, em que este e outros aspectos do inglês são discutidos). No Brasil, já conhecemos a interpretação preconceituosa externa que o “r” retroflexo tende a ter.

Para finalizar (já me alonguei demais), gostaria de registrar que o item III, do capítulo I (Dos direitos e deveres individuais e coletivos) do título II (Dos direitos e Garantias Fundamentais) da Constituição de 1988 diz que “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”. Sendo assim, interpreto eu que qualquer pessoa que for vítima de preconceito lingüístico pode buscar a lei maior para se defender, tendo em vista que o preconceito lingüístico se configura como um tratamento desumano e degradante – uma tortura moral.

Gostaria também de convidar o leitor a sonhar: os sonhos podem se tornar realidade. Nós, todos os membros da sociedade, podemos construir dia-a-dia, incessantemente, relações de trocas democráticas. No campo da linguagem, em que se encontram as habilidades de falar, ouvir, ler e escrever, podemos evoluir no sentido de exercitar plenamente o ensino/

aprendizagem da leitura e da escrita e exercitar nossa capacidade de falar e ouvir línguas diversas e diversas variedades de uma mesma língua, num exercício de mão dupla, de múltiplas vias, de longas vias que vão e vêm, que se entrecruzam, que correm paralelas, mas que não se chocam. Podemos nos educar no sentido de termos escolas em que se ofereça a todos o exercício pleno das capacidades/habilidades lingüísticas, em que as línguas e as variedades de línguas sejam vistas como bens de verdadeiras trocas culturais, de enriquecimento mútuo e constante. Afinal, a linguagem humana, na forma em que se configura, revela-se como um dos aspectos que individualiza o homem – um animal dotado de razão, de instinto e de extrema capacidade criativa. Podemos nos educar também no sentido de falar e ouvir com respeito, por nós e pelo outro. Múltiplas formas de ouvir e de falar, de ler e de escrever podem ser oferecidas e vivenciadas. Múltiplas línguas e múltiplas variedades de línguas podem ser oferecidas a todos nós, para que possamos ter a verdadeira escolha de nos tornarmos multilíngües, especialmente na arte de ouvir.

No Brasil, poderíamos ter um mercado lingüístico de oferta nas escolas de ensino fundamental e médio, para que pudéssemos ter acesso a amostras de todas as variedades da língua portuguesa faladas no Brasil e na ampla comunidade de fala de língua portuguesa. E para que pudéssemos também ter acesso a amostras de línguas indígenas, de línguas africanas, de línguas dos imigrantes depois da colonização, de línguas dos nossos compatriotas de América do Sul, de LIBRAS (língua brasileira de sinais), também com suas variedades. Isso parece utopia, mas as possibilidades de desenvolvimento pleno de nossas capacidades lingüísticas dependem de decisão política nossa: somos nós que elegemos nossos representantes. A internet poderia ser uma grande aliada no processo de ensino/aprendizagem, com aproveitamento do conhecimento dos membros da comunidade brasileira, com alunos e professores caminhando lado a lado, com a sociedade inteira em busca da constituição de uma comunidade humana multilíngüe verdadeiramente cidadã, SEM PRECONCEITO. Uma escola de qualidade que reflita as idéias de uma sociedade democrática e que nos ofereça múltiplas linguagens contribuirá decisivamente para a construção de comunidade mais humanitária. Sonhar é preciso. Realizar os sonhos é necessário.